

RAZÃO SOCIAL: ACQUAMANIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 28.723.527/0001-63
AV. ÁGUA VERDE, 262 – ÁGUA VERDE
CEP: 80.620-200 / CURITIBA - PR
41-3247-5489
comercial@acquamaniapiscinas.com.br



CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: Pregão Eletrônico SESC/MG nº 90086/2025

Objeto: Contratação de serviços de limpeza, tratamento, conservação e monitoramento de piscinas, fontes e grutas, incluindo a manutenção das casas de máquinas do Sesc Contagem.

Recorrente: THAYNA DE ALMEIDA LISBOA ME

Recorrida: ACQUAMANIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO SESC

A empresa ACQUAMANIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, já devidamente qualificada nos autos, vem, respeitosamente, apresentar suas

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

em face do recurso interposto por **THAYNA DE ALMEIDA LISBOA ME**, expondo e requerendo o que segue.

I – SÍNTESE DO RECURSO

A recorrente sustenta que a proposta da ACQUAMANIA seria inexequível por supostamente:

- Estar 58% abaixo do valor estimado pela Administração;
- Contemplar apenas 1 piscineiro, sem técnico de manutenção e sem custos de RT;
- Subavaliar insumos e análises laboratoriais;
- Apresentar notas fiscais “desatualizadas” e “irreais”;
- Repetir condições de contrato anterior (2023) por valor maior, o que revelaria inviabilidade.

Com base em tais alegações, requer a desclassificação da proposta da recorrida.

II – RESUMO EXECUTIVO

1. **Rejeitar** o recurso por ausência de prova objetiva de inexecutabilidade; o simples desconto percentual não basta (art. 59 da Lei 14.133/21; TCU – Acórdãos 2622/2013 e 1793/2011).
2. **Manter** a habilitação da ACQUAMANIA e autorizar a assinatura do contrato, já que **todas as dúvidas foram sanadas em diligência**, com plena satisfação do pregoeiro, da equipe de apoio e do setor demandante.
3. Caso ainda se entenda por nova diligência, que seja **circunscrita a pontos objetivos**, aplicada uniformemente a todos os licitantes, sem acolher alegações genéricas de “sonegação fiscal” desacompanhadas de prova concreta.
4. Requerer, em caráter alternativo, **advertência ou sanção administrativa** à recorrente, diante da conduta abusiva ao imputar crime de sonegação sem qualquer prova, utilizando o recurso de forma protelatória e acusatória.

III – DA IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO

1. Diligência já sanou todas as dúvidas

É digno de registro que a Administração, com acerto, promoveu **diligência específica junto à ACQUAMANIA**, que apresentou documentação e esclarecimentos técnicos, os quais foram **integralmente aceitos pelo pregoeiro, equipe de apoio e setor solicitante**.

Ora, se a própria Administração – detentora da competência técnica e legal para análise – **já se declarou satisfeita com as comprovações apresentadas**, não cabe à recorrente insistir em reabrir discussão meramente especulativa.

O recurso, portanto, não passa de tentativa protelatória e deve ser rejeitado liminarmente.

2. Do desconto percentual

O simples fato de a proposta ser inferior ao valor estimado não caracteriza inexecutabilidade.

O **art. 59, §3º, da Lei 14.133/2021** exige que a inviabilidade seja **objetivamente demonstrada**, e o TCU é pacífico:

- “O simples fato de a proposta ser inferior ao orçamento estimado não a torna inexecutável” (Acórdão 2622/2013-Plenário).
- “Inexecutabilidade deve ser aferida com base em elementos concretos, não em presunções” (Acórdão 1793/2011-Plenário).

A recorrente não trouxe qualquer estudo técnico imparcial ou prova pericial. Limitou-se a “simular” custos a partir de premissas arbitrárias.

3. Da mão de obra

A recorrente insiste que “1 piscineiro” tornaria impossível a execução.

Esquece-se, contudo, que **o edital não fixa quantitativo mínimo de empregados**. Sendo cada empresa responsável por sua operação e responsabilidade técnica.

A **escalação de pessoal** é de responsabilidade da contratada, que pode, legitimamente, utilizar banco de horas, horas extras, turnos, contratos intermitentes e substitutos para garantir cobertura, em plena conformidade com a CLT, além disto estar demonstrado na composição de custos.

Mais grave: **a própria empresa recorrente** mantém operação na Prefeitura Municipal de Curitiba com **apenas 1 piscineiro atendendo 3 endereços distintos**, cada um com piscina semiolímpica e piscina de hidroginástica, em bairros diferentes, diariamente. Se em sua própria operação considera viável 1 empregado para 3 unidades simultâneas, como pode afirmar que 1 empregado em **um único endereço** é inexequível? Trata-se de flagrante contradição que fulmina o argumento da recorrente.

4. Do Responsável Técnico (RT)

A recorrente questiona custos de deslocamento e viabilidade da atuação do RT.

A ACQUAMANIA atua em diversos Estados — **MG, PR, RJ, RS, SP, PE, GO e MA** — evidenciando estrutura sólida e mobilidade nacional.

– fato que demonstra experiência, estrutura e mobilidade nacional, além da demonstração de DIVERSOS órgãos em todo o Brasil Atestando sua competência e satisfação com os serviços prestados.

Além disso:

- O sócio da empresa pode, legitimamente, atuar como RT (art. 67, §1º, Lei 14.133/21).
- Os custos de deslocamento e supervisão estão contemplados nos custos indiretos, e podem ser fracionados entre **diversos contratos na mesma região**, otimizando despesas.
- Após a implantação, nada impede a designação de **novo RT local**, conforme conveniência da contratada, prática comum no setor.

Portanto, inexistente qualquer irregularidade.

5. Das notas fiscais e cotações

A recorrente ataca notas por datas e valores, sugerindo até “sonegação fiscal”.

Esse tipo de acusação é **grave, leviana e sem qualquer prova**. O edital não exige apresentação de notas atualíssimas ou de fornecedor único, caso seja apreciado pela administração do Sesc, poderão ser apresentadas as Notas Fiscais, Boletos e Comprovantes de pagamento do que é levianamente levantado pela empresa Thayna. Sabe-se que o objetivo da diligência é **demonstrar viabilidade** – o que já foi aceito e validado pela Administração.

Alegações infundadas e argumentos esdrúxulos demonstram despreparo e beiram a má fé. Uma prática grave de abuso processual. Além de inadmissível alegar algo baseado em “achismo”.

Ressalte-se que a ACQUAMANIA é **uma das maiores lojas de piscinas de Curitiba**, com alto volume de compras e múltiplos fornecedores, o que lhe garante acesso a preços diferenciados. É natural que obtenha valores menores que pequenos operadores.

Ademais, equipamentos como **dosadores automáticos de cloro** foram devidamente considerados na composição de preços. A recorrente, sendo do mesmo ramo, tem pleno conhecimento dos custos desses itens e não deveria alegar surpresa ou desconhecimento.

Ao invés disto, a empresa THAYNA DE ALMEIDA LISBOA ME, em seu último expediente decide utilizar um contorcionismo processual em sua peça recursal bem elaborada visando apenas denegrir a concorrência e intimidar.

6. Da Conduta Abusiva da Recorrente e Possível Aplicação de Sanção Administrativa

A recorrente extrapolou os limites do direito de recorrer ao **imputar à ACQUAMANIA a prática de crime de sonegação fiscal** sem apresentar qualquer prova concreta, baseando-se apenas em suposições quanto a preços de insumos e cotações comerciais.

É pacífico que o recurso administrativo é instrumento de defesa de direito **e não pode ser utilizado de forma abusiva, com acusações infundadas que maculam a imagem de concorrentes.**

A conduta da recorrente enquadra-se no disposto no **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, que prevê sanções a licitantes que apresentem declarações falsas ou causem perturbação ao procedimento licitatório. O simples fato de **imputar prática criminosa sem prova** configura abuso processual e tentativa de desestabilizar o certame, ferindo os princípios da **boa-fé, da lealdade processual e da isonomia.**

Assim, requer-se que seja **registrado em ata** que a recorrente extrapolou os limites do direito de recorrer, e que, caso tais condutas se repitam, seja avaliada a aplicação das penalidades cabíveis, incluindo **advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações ou até declaração de inidoneidade**, nos termos dos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/21.

Trata-se de medida necessária não apenas para resguardar a ACQUAMANIA, mas para **proteger a lisura e a seriedade do processo licitatório**, evitando que o procedimento seja desvirtuado em palco de acusações infundadas e disputas de má-fé.

6. Do contrato anterior (2023)

Comparar com contrato anterior é **equívoco jurídico**. O mercado evolui, há novos concorrentes, novos fornecedores e novos preços. O certame atual contou com ampla competitividade, resultando em valor mais vantajoso.

A Administração deve privilegiar a proposta **mais vantajosa** (art. 5º, caput, Lei 14.133/21), não a “mais confortável” para concorrentes derrotados.

IV – CONCLUSÃO

A recorrente não trouxe nenhuma prova objetiva de inexecutabilidade. Limitou-se a suposições, cálculos artificiais e acusações infundadas.

Ao contrário, a ACQUAMANIA:

- Já demonstrou exequibilidade em diligência aceita pela Administração;
- Possui estrutura consolidada e atuação nacional;
- Apresentou planilha compatível, com insumos e equipamentos previstos;

- É player relevante no mercado de piscinas, com economia de escala e fornecedores diversos.
-

V – PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Senhoria:

- a) O **improvemento integral do recurso interposto por THAYNA DE ALMEIDA LISBOA ME;**
- b) A **manutenção da habilitação da ACQUAMANIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA;**
- c) O prosseguimento regular do certame, com adjudicação e homologação em favor da recorrida;
- d) Que se registre em ata que **todas as questões já foram sanadas em diligência e aceitas pela Administração;**
- e) Caso a comissão entenda pelas acusações de fraude fiscal como temerárias, que se faça constar advertência à recorrente para evitar utilização abusiva do direito de recorrer.

Diante de todo o exposto, requer que **SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADOS**, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante **ACQUAMANIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital com o consequente prosseguimento regular do certame

Curitiba, 24 de Setembro de 2025.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

ACQUAMANIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA